

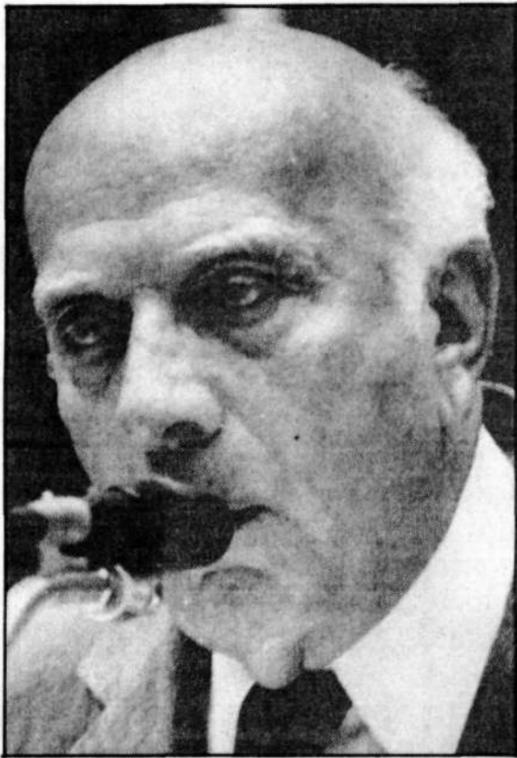
PMDB promete conferir cada nome favorável à Convenção

BRASÍLIA — O Secretário-Geral do PMDB, Deputado Milton Reis (MG), está disposto a conferir cada uma das 309 assinaturas de delegados do Partido recolhidas pelo Deputado Maurício Fruet (PR) para serem encaminhadas à Executiva Nacional. Pela legislação eleitoral, essas assinaturas são suficientes para a convocação automática de uma Convenção Nacional que, entre outros assuntos, discutiria o mandato do Presidente José Sarney.

— Se ele quiser, eu posso reconhecer a firma de cada um dos assinantes — reagiu, irritado, Fruet, que considerou absurda a idéia de Milton Reis. "O assunto é sério e deve ter a importância que merece", acrescentou o Deputado paranaense. O Secretário-Geral retrucou que a conferência das assinaturas faz parte do "ritual do processo".

Ontem à tarde, no Congresso Nacional, Milton Reis afirmava que o número de assinaturas obtidas por Fruet não era suficiente para a convocação automática da Convenção, pois seriam necessários mais 34 signatários. Chegou a dar esta informação ao Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que lhe prometeu encaminhar o caso logo que chegasse às suas mãos.

Durante mais de 15 minutos, Reis tentou provar aos jornalistas que eram necessárias 343 assinaturas para atender a exigência de um terço de adesões. Fruet, no entanto, asse-



Ulysses só quer Convenção depois de 15 de julho

gurava que havia se orientado pela relação de convencionais à disposição na sede do PMDB, que indicava 890 nomes. A noite, Milton Reis reconheceu ter cometido um erro em seus cálculos.

Ulysses Guimarães anunciou que vai procurar o Deputado Maurício Fruet para discutir o assunto. Ontem, não pôde fazer isso por falta de tempo. De acordo com deputados que o seguem, a idéia do Presidente do PMDB é marcar a Convenção para a segunda quinzena de julho, quando já estaria votado o relatório da Comissão de Sistematização em plenário. Isso, de acordo com os informantes, evitaria a pressão das bases nessas votações.

Fruet diz que não pode fazer qualquer tipo de negociação, pois a convocação é automática e não se faz necessária a interferência da Executiva Nacional. Além disso, segundo ele, qualquer mudança agora vai exigir uma consulta a cada signatário.

A realização da Convenção Nacional do Partido foi discutida na noite de quarta-feira, em reunião na casa do Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, a que compareceram Ulysses Guimarães, o Ministro Renato Archer, os Líderes Luiz Henrique (Câmara), Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Mário Covas (Constituinte), o Senador José Richa e os Deputados Euclides Scalco e Artur da Távola. Ulysses deixou clara sua posição a favor do adiamento para o segundo semestre:

— Discutir o quê nesta Convenção? — perguntou.

Um dos convidados respondeu que a pauta estava no requerimento de Maurício Fruet e que a idéia é também discutir as relações entre o Governo federal e o Partido. O Líder na Constituinte, Mário Covas, reafirmou sua opinião a favor da Convenção, o mais rapidamente possível, e do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney.

O Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que ontem reuniu sua bancada, afirmou que a maioria dos senadores apóia a Convenção, mas em data a ser definida após a votação do relatório da Comissão de Sistematização (15 de julho). Acrescentou que a tendência pelos quatro anos para o Presidente Sarney também cresceu.

O Senador Chagas Rodrigues (PI), por exemplo, era defensor dos cinco anos e agora quer quatro. Na reunião da bancada, ele disse que o agravamento da crise econômica foi responsável pela mudança de posição e comentou:

— Eu, que sou amigo do Sarney, já sou pelos quatro. Imaginem o resto.

Na origem, a discussão sobre duração do mandato

BRASÍLIA — A prolongada discussão em torno da Convenção Nacional do PMDB, em que pesem os diversos temas lançados para justificá-la, remete exclusivamente para a questão da duração do mandato do Presidente José Sarney. A divisão é nítida no Partido: os que defendem o mandato de cinco anos, desejado por Sarney, lutam pelo adiamento sine die da Convenção, já que não acreditam no seu cancelamento. Os que defendem os quatro anos, acreditam que o resultado da Convenção Nacional do Partido não será outro e definirá a questão.

Nesse contexto, trava-se uma batalha diária entre as duas correntes do PMDB, identificadas como "progressista" e "conservadora". A primeira, liderada pelo Líder do Partido na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), acusa o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, de alinhar-se por conveniência pessoal aos "conservadores", capitaneados pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (BA).

Nada mais elucidativo, nesse quadro, do que a definição que o próprio Sant'Anna encontrou: "Quem está com os cinco anos, está com o Sarney. Quem está com os quatro, está contra o Sarney". Ulysses adiou como pôde a discussão do assunto, mas teve que alinhar-se aos "conservadores" na última reunião da Executiva Nacional, embora convencendo-os a aceitar o adiamento, e não o cancelamento.

— Cancelamento é inviável. Vamos mesmo para o adiamento sine die — disse Ulysses a Carlos Sant'Anna na manhã anterior à reunião da Executiva Nacional que votou pelo adiamento.

Os chamados "progressistas" trataram imediatamente de conciliar o seu principal argumento — o de apoio das bases — com a necessidade prática: colheram em menos de duas semanas as assinaturas necessárias para a convocação automática da Convenção Nacional, marcada para os dias 27 e 28 deste mês.

Ulysses Guimarães procura, agora, alinhar-se a essa tese dos deputados

que defendem a realização da Convenção, mas novamente procura uma saída política: trabalha pela Convenção em julho, após a votação da questão do mandato e do sistema de Governo na comissão temática da Constituinte dela encarregada. A Convenção ocorreria também depois da reunião da Comissão de Sistematização, na qual a matéria será novamente tratada e votada em última instância antes da reunião do plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O resultado, até aqui, revela que as duas correntes já têm planos para o caso de uma derrota: o Senador Mário Covas promete percorrer o País atrás do apoio das bases partidárias para consolidar uma liderança dissidente. Já o Deputado Carlos Sant'Anna se lançará num trabalho de convencimento político tête-à-tête, com uma poderosa arma: a carta branca que recebeu do Planalto para o atender as reivindicações dos parlamentares da Aliança Democrática e de eventuais aliados.

Bancada no Senado estranha falta de medidas para enfrentar a crise

BRASÍLIA — A falta de adoção de medidas concretas no campo econômico por parte do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, é o fato que mais está preocupando a bancada do PMDB no Senado, que ontem se reuniu reservadamente durante hora e meia para avaliar a conjuntura econômica nacional. Na quase totalidade, os Senadores peemedebistas concluíram que já passou da hora de o Governo tomar medidas objetivas para pôr fim ao caos econômico em que o País está vivendo. "O povo não aguenta mais", salientou na reunião o Senador Olavo Pires (RO).

Grande parte do encontro foi dedicado a críticas severas à falta de iniciativa do Ministro da Fazenda, feitas principalmente pelos Senadores Mansueto de Lavor (PE) e Olavo Pires. Eles chegaram a classificar a atual crise econômica de apocalíptica, opinando que, caso o Governo não tome medidas concretas no sentido de conter a inflação — que consideram a origem dos demais males econômicos — "dentro de uma semana o País explode".

Em meio ao debate, surgiu uma sugestão no sentido de que os Senadores do PMDB se reunissem em torno do Presidente José Sarney para exigir a adoção de providências que seriam provavelmente elaboradas pela bancada, diante da indefinição do



Fernando Henrique fala à bancada

Ministério da Fazenda. Mas a proposta não chegou a ser votada.

— Precisamos ir lá negociar o nosso apoio ao Governo, levando algo de concreto, para não correremos o risco de sairmos de lá como os Governadores do Nordeste, ou seja, sem saber por que estamos dando o nosso apoio — sustentou Olavo Pires.

O único a defender o Governo foi o Senador Mauro Benevides (CE), Primeiro-Vice-Presidente da Constituinte. Ele pediu que se ofereça a Bres-

ser Pereira a mesma solidariedade que foi concedida a Dilson Funaro "em momentos tão críticos como os atuais". E frisou que sem essa solidariedade o Brasil "pode ir de cambalhota para uma encruzilhada muito perigosa".

Já o Senador Chagas Rodrigues (PI) salientou que, na realidade, existe um plano para desestabilizar o Ministro Bresser Pereira, que vem sendo comandado pelo PFL.

— Vamos ser claros: o Senador Marco Maciel, Presidente do PFL, sob os olhares e a conivência do doutor Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, parece que está arquitetando um plano para desestabilizar o Ministro — afirmou.

A única conclusão extraída do encontro foi a de que a bancada de Senadores peemedebistas deve esperar mais um pouco antes de definir uma ação no campo econômico. O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, lembrou que os Senadores Severo Gomes (SP), Ronan Tito (MG) e Raimundo Lira (PB) estão em permanente contato com o Ministro da Fazenda e que, tão logo surjam novidades, a bancada se reunirá para discutir seu posicionamento.

Mais Plano Econômico na página 17

Nélson reúne Executiva para preencher cargo

O Presidente do PMDB fluminense, Senador Nélson Carneiro, decidiu ontem convocar a Comissão Executiva do partido para às 17 h do dia 18, a fim de que sejam preenchidos os três cargos vagos existentes. Atualmente estão vagas a 1ª Secretaria (ocupada anteriormente pelo Governador Moreira Franco), a Secretaria-Geral (cargo que era ocupado pelo Secretário de Governo, Jorge Gama) e o 1º vogal (posto do Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães).

Após consultar o TSE, Nélson Carneiro disse não ser necessária a realização de eleições para preencher os cargos vagos. Segundo ele, quando há vacância temporária o procedimento correto da Executiva é efetivar os suplentes. Isto teria ocorrido na Executiva Nacional quando o atual Governador Pedro Simom e o Senador Affonso Camargo afastaram-se para ocupar os Ministérios da Agricultura e dos Transportes.

A prevalecer essa posição, a composição da Executiva do PMDB terá o Deputado Artur da Távola (atualmente 2º vogal) na Secretaria-Geral e o dirigente do MR-8, Antônio Carlos de Carvalho, (3º vogal) na 1ª Secretaria. Já os ex-Deputados Sebastião Nery e Raimundo de Oliveira seriam 1º e 2º vogal respectivamente.

A despeito do parecer do TSE, não interessaria ao Senador Nélson Carneiro promover eleição para o preenchimento dos cargos. A última tentativa de Nélson de reunir o Diretório Regional mostrou que Moreira Franco, hoje, tem o controle absoluto da maioria de seus 71 membros. Após muito esforço dos nelistas, compareceram à reunião apenas 14 membros do Diretório — o que mostra que, em pleito direto, o grupo de Moreira Franco, com facilidade, ocuparia os três cargos.

Com a efetivação dos suplentes, os "nelistas" conquistam o 2º posto em importância na estrutura partidária, a Secretaria-Geral, que passaria a ser ocupada por Artur da Távola. E daria a Moreira Franco apenas a 1ª Secretaria, que seria preenchida por Antônio Carlos de Carvalho.

Chega ao STF recurso contra posse de Márcia

BRASÍLIA — Mais de seis meses após os constituintes terem tomado posse, deu entrada ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) recurso contra a transferência do domicílio eleitoral de Márcia Kubitschek para Brasília. Com pedido de liminar, o recurso foi impetrado, em nome da ex-Secretária de Educação do Distrito Federal e candidata Jerrotada Eurides Brito da Silva, pelos advogados Pedro Calmon Mendes e Eri Varela contra a decisão do TSE que anulou a decisão do TRE pelo cancelamento da transferência do título.

Os advogados alegam que Márcia teria usado documento falsos para fazer a transferência: o requerimento teria sido por ela assinado em 12 de novembro de 85, bem como a folha de votação. E afirmam que a fraude é constatada verificando-se o passaporte da acusada, que deixou o Brasil em 4 de outubro de 85 e só voltou em 24 de fevereiro.

Prefeito repele a prorrogação de seu mandato

RECIFE — Imaginando estar dando uma boa notícia ao correligionário, o Deputado federal Nilson Gibson (PMDB-PE) telegrafou ontem ao Prefeito de Olinda, José Arnaldo Amaral, para informar que, juntamente com o Deputado Francisco Amaral (PMDB-AP), havia apresentando emenda na Constituinte visando à prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores. Irritado com a notícia, Arnaldo Amaral mandou telegrama ao parlamentar, lamentando que como integrante da bancada do PMDB ele tenha tomado atitude dessa natureza.

O Prefeito afirmou que a prorrogação de mandatos significa frontal desrespeito à vontade soberana do povo. E acrescentou: "Trai bandeiras historicamente levantadas pelo PMDB e por todos aqueles que resistiram à ditadura militar, da qual Vossa Excelência foi um dos principais acólitos".

O telegrama de Nilson Gibson (ex-Arena e ex-PDS) diz o seguinte: "Com meus cordiais cumprimentos, tenho o prazer de informar à Vossa Excelência que, juntamente com o constituinte Francisco Amaral, apresentei emenda às Disposições Transitórias da nova Constituição prevenindo eleições municipais somente em 89, ao invés do ano que vem. Portanto, prorrogando os mandatos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores por um ano para coincidir as eleições com o pleito de Presidente da República".

O Prefeito respondeu com este telegrama: "Acabo de ter o desprazer de receber telegrama de Vossa Excelência, comunicando ter apresentado emenda às Disposições Transitórias da nova Constituição, prorrogando mandatos municipais. Como pernambucano, lastimo profundamente que um integrante da bancada do PMDB tome atitudes dessa espécie. Prorrogação de mandatos significa frontal desrespeito à vontade soberana do povo. Trai bandeiras historicamente levantadas pelo PMDB e por todos aqueles que resistiram à ditadura militar, da qual Vossa Excelência foi um dos principais acólitos. Receba, finalmente, o mais firme repúdio do povo de Olinda a tão acintosa iniciativa".